



Estratégia
Concursos

5° SIMULADO

ISS ARACAJU

AUDITOR DE TRIBUTOS - GERAL

PÓS-EDITAL

Simulado Especial

5º Simulado – ISS Aracaju

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do ISS Aracaju;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, o Instituto CESPE.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-ISS-Aracaju-26-09>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

Velhas casas

Tem um amigo arquiteto que gosta de me falar de velhas casas brasileiras, da simplicidade do gosto dos antigos mestres de obra, dos homens práticos que encheram o Brasil de casarões, de igrejas, de cidades.

O meu amigo vê a casa como um técnico, um especialista, o homem que ama a sua profissão. Com ele andei pelos solares de Vassouras. E vi e senti o seu entusiasmo diante dos velhos sobrados do café. As soluções encontradas pelos antigos, a sobriedade, a solidez, a marca do lusitano transplantado, sempre mereciam dele uma crítica de quem admirava tudo e, às vezes, se espantava. Havia, de fato, grandeza no que aquela gente fizeram.

Sérgio Buarque de Holanda fala no caráter empírico das cidades portuguesas da América. Em confronto com os espanhóis, os portugueses fundaram as suas cidades com liberdade, dando mais vida, mais força aos seus criadores. O Instinto, a intuição, a necessidade de viver comandava-os. Não seriam conduzidos por organismos, seriam levados pela necessidade, pelo arrojo, pelos fatos. Mas essa energia nunca desmandou. As casas portuguesas nunca seria um despropósito. Havia na arquitetura que eles nos legaram um toque de sobriedade que é uma maravilha de equilíbrio. O barroco, que excedera nos interiores das igrejas, contivera-se nos exteriores. Era até aí e uma simplicidade tocante. Na arquitetura residencial quase que ele não se faz sentir. A pureza de linhas, o gosto, o chão dos nossos sobrados falam de homens que amavam mais a solidez do que o ornato. Os mestres de obras não eram individualistas, artistas que quisessem dar um sinal de sua personalidade. Eles edificavam, construíam.

REGO, José Lins do. In: **O cravo de Mozart é eterno**: crônicas e ensaios. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p. 303-4. Adaptado

01. Infere-se do texto que os antigos

- Tinham a necessidade de demonstrar superioridade e grandeza em suas construções.
- Possuíam uma aversão à arquitetura dos espanhóis.
- Incorporaram, dentro e fora das construções, a referência barroca.
- Construíam casarões sem algum propósito específico.
- Não tinham muito interesse pela ornamentação, visto que a simplicidade comandava as suas construções.

02. De acordo com o texto, leia as afirmativas e considere a alternativa correta:

- As construções baseavam-se na necessidade e no instinto dos antigos.
 - Apesar de individualistas, os mestres de obras eram equilibrados.
 - O modo de fundação das cidades portuguesas deu mais força a seus criadores.
- Somente a alternativa 2 é verdadeira.
 - Somente as alternativas 1 e 2 são verdadeiras.
 - Somente as alternativas 1 e 3 são verdadeiras.
 - Todas as alternativas são verdadeiras.
 - Somente a alternativa 1 é verdadeira.

03. Assinale a opção em que a colocação pronominal está correta:

- Na maioria dos dias não tem-se tempo para passear.
- O fugitivo foi encontrado na manhã de ontem, escondendo-se atrás da igreja.
- Certamente verificou-se todas as possibilidades antes da decisão.
- Se juntaram todos os amigos para o piquenique.
- Isto tocou-me o coração.

04. Na frase “O lugar por que passamos era bastante escuro”, o termo “por que” poderia ser substituído, sem prejuízo à correção, por

- em que
- cujo
- do qual
- onde
- pelo qual

05. No período “Eles cantaram tanto que ficaram sem voz no dia seguinte” a oração “tanto que ficaram sem voz” é classificada como:

- Subordinada Adverbial Consecutiva
- Subordinada Substantiva Completiva Nominal
- Subordinada Adverbial Concessiva
- Subordinada adjetiva Explicativa
- Coordenada Adjetiva Explicativa

06. ___ vista do que permite ___ nova concepção, não se atribuirá ___ mulheres diferença salarial para ___ mesma função.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- a) a - à - às - a
- b) à - a - as - à
- c) à - a - às - a
- d) a - à - às - à
- e) à - à - às - a

07. No período "Ser feliz? Quem é que não quer?!" o termo "é que" foi empregado como:

- a) Conjunção integrante
- b) Partícula expletiva
- c) Conjunção comparativa
- d) Pronome relativo
- e) Advérbio

08. No trecho "Fomos visitá-lo, conquanto fosse tarde" a conjunção "conquanto" admite sentido de:

- a) adição
- b) condição
- c) causa
- d) conformidade
- e) concessão

09. No período "Eu espero que nada atrapalhe a festa", a oração "que nada atrapalhe a festa" exerce a função de

- a) adjunto adnominal
- b) sujeito
- c) objeto direto
- d) predicativo do sujeito
- e) predicativo do objeto

10. Considerando a sintaxe, as regras de pontuação e o sentido original do texto, assinale a opção que apresenta paráfrase correta do seguinte período: "Mas a medicina foi evoluindo e alguns conceitos e diagnósticos se tornaram antiquados".

- a) A medicina, porém, se modificou, e alguns conceitos e diagnósticos foram, à vista de sua evolução, se tornando antiquados.
- b) Tornaram-se antiquados noções e análises da medicina, sendo esta mudança relativa a causa de sua evolução.
- c) Alguns conceitos e diagnósticos se tornaram anacrônicos, porém, a medicina continuou evoluindo.
- d) Apesar de alguns conceitos e diagnóstico serem antiquados ligados a medicina, ela foi evoluindo.
- e) No entanto, a medicina foi se aprimorando com o passar do tempo e, conseqüentemente, alguns conceitos e diagnósticos tornaram-se obsoletos.

AUDITORIA GERAL

Guilherme Santana / Tonyvan Oliveira

11. A eficiência da auditoria pode ser melhorada se o auditor estratificar a população dividindo-a em subpopulações distintas que tenham características similares. Nesse contexto, o objetivo da estratificação é

- a) Aumentar a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja reduzido sem aumentar o risco de amostragem.
- b) Aumentar a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja reduzido, aumentando o risco de amostragem.
- c) Reduzir a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja reduzido sem aumentar o risco de amostragem.
- d) Reduzir a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja aumentado, sem reduzir o risco de amostragem.
- e) Reduzir a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja aumentado, reduzindo o risco de amostragem.

12. O ambiente de controle inclui as funções de governança e administração e as atitudes, a consciência e as ações dos responsáveis pela governança e da administração no que se refere ao controle interno da entidade e sua importância na entidade. São exemplos de elementos do ambiente de controle que podem ser relevantes na obtenção de seu entendimento, EXCETO:

- a) Comunicação e aplicação de valores de integridade e ética
- b) Compromisso com a competência
- c) Participação dos responsáveis pela governança
- d) Filosofia e estilo operacional da administração
- e) Políticas e os procedimentos que ajudam a assegurar que as orientações da administração sejam executadas

13. Auditoria operacional é o exame independente e objetivo da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento da gestão pública. Na seleção da área temática e do objetivo a ser avaliado na Auditoria Operacional, deve-se considerar sua contribuição para a melhoria do funcionamento da Administração Pública.

Entre os critérios técnicos a serem considerados, destacamos o seguinte:

- a) O principal critério de seleção é a materialidade, por meio de sua contribuição para a avaliação e a melhoria da gestão pública.
- b) O critério da capacidade de a auditoria agregar valor indica que o processo de seleção deve levar em consideração os valores envolvidos no objeto de auditoria, pois a auditoria deve produzir benefícios significativos.
- c) O critério de relevância indica que as auditorias selecionadas devem procurar responder questões de interesse da sociedade, que estão em debate público e são valorizadas.
- d) As vulnerabilidades são situações ou propriedades intrínsecas do objeto de auditoria que não podem estar associadas à ocorrência de eventos adversos.
- e) a confiabilidade, ou seja, a segurança da materialidade do evento auditado.

14. Achado é a discrepância entre a situação existente e o critério. Qual dos atributos do achado a seguir é considerado o padrão de desempenho usado para medir a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do objeto de auditoria e serve para determinar se o objeto auditado atinge, excede ou está aquém do desempenho esperado?

- a) causa.
- b) efeito.
- c) critério.
- d) evidência.
- e) condição.

15. Os programas de auditoria devem estabelecer os procedimentos para identificar, analisar, avaliar e registrar informações durante o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria e devem ser executados de modo suficiente para alcançar os objetivos da auditoria. O programa de auditoria, elaborado com base nos elementos obtidos na visão geral do objeto, objetiva estabelecer, diante da definição precisa dos objetivos do trabalho, a forma de alcançá-los e deve evidenciar os seguintes assuntos, EXCETO:

- a) o objetivo e o escopo da auditoria;
- b) o universo e a amostra a serem examinados;
- c) os procedimentos e as técnicas a serem utilizados, os critérios de auditoria, as informações requeridas e suas fontes, as etapas a serem cumpridas com respectivos cronogramas;
- d) a quantificação dos recursos necessários à execução do trabalho.
- e) validação da matriz de achados

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

16. Assinale a afirmativa correta sobre a organização da administração pública.

- a) A celebração do contrato de gestão, instrumento de comum acordo que discriminará os direitos, responsabilidades e obrigações do poder público e das OSCIPs, deve ser precedida de consulta aos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes nos respectivos níveis de governo.
- b) Os Serviços Sociais Autônomos não pertencem à Administração Pública, mesmo aqueles criados por lei.
- c) Compete à cada ministério correspondente a expedição de certificado às entidades interessadas em obter qualificação como organização da sociedade civil de interesse público.
- d) As entidades administrativas, como as empresas públicas, são pessoas jurídicas de direito público interno, detentoras de autonomia financeira e de autorregulação.
- e) Órgão público não detém personalidade jurídica, razão por que lhe é defeso ser parte em processo judicial, ainda que a sua atuação seja indispensável à defesa de suas prerrogativas institucionais.

17. Em relação ao ato administrativo, pode-se afirmar que o (a) _____ é caracterizado (a) pela consequência visada pelo ato, ao passo que o (a) _____ é a causa legalmente prevista.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas, no que se refere aos elementos do ato administrativo.

- a) motivo e finalidade
- b) presunção de legitimidade e finalidade
- c) finalidade e imperatividade
- d) motivo e presunção de legitimidade
- e) finalidade e motivo

18. No que se refere aos poderes da administração pública, assinale a afirmativa correta.

- a) A remoção de um servidor, feita por um superior hierárquico, por motivos de desavenças pessoais, é característica de abuso de poder, uma vez que o superior agiu com excesso de poder.
- b) Em regra, o poder regulamentar poderá criar situações jurídicas novas, não se restringindo apenas a explicitar ou complementar o sentido de leis já existentes.
- c) A autoexecutoriedade, uma característica do poder de polícia, evidencia-se no fato de a administração não depender da intervenção de outro poder para torná-lo efetivo.
- d) O abuso de poder pelos agentes públicos não poderá ocorrer em caso de ato omissivo.
- e) Ao aplicar uma sanção ao servidor público que praticou um ato infracional, a administração pública se valerá do poder de polícia.

19. Acerca dos atos de improbidade administrativa, de acordo com a Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que

- a) As penas previstas na lei em apreço serão sempre aplicadas de forma cumulativa.
- b) Para configuração do ato de improbidade administrativa não é imprescindível a ocorrência de dano ao patrimônio público.
- c) De acordo com a legislação que trata de atos de improbidade administrativa, são considerados agentes públicos as pessoas em exercício de cargo eletivo em autarquia federal, com exceção daquelas que não recebam remuneração.
- d) O servidor público que retardar ou deixar de praticar ato de ofício indevidamente responderá por improbidade administrativa caso o ato tenha sido praticado por ação ou omissão dolosa ou culposa.
- e) Dentre as penalidades que poderão ser aplicadas a quem cometeu ato de improbidade administrativa, está a cassação dos direitos políticos.

20. Tendo como parâmetro as licitações públicas, assinale a alternativa correta.

- a) A modalidade de licitação pregão pode ocorrer entre os interessados, previamente cadastrados, que atendam aos requisitos exigidos para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas.
- b) Sendo possível utilizar o pregão eletrônico em um caso específico, a administração poderá utilizar, também, a carta-convite e, em qualquer caso, a concorrência.
- c) Mesmo em caso de imediata e integral dos bens adquiridos não poderá ser dispensado o termo de contrato.
- d) Nos processos licitatórios é proibida a participação de consórcio de empresas.
- e) A administração pública não poderá utilizar a modalidade licitatória leilão para a alienação de bens imóveis, exceto aqueles que tenham sido recebidos pela Administração em procedimentos judiciais ou por dação em pagamento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Acerca do controle de constitucionalidade, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, outro meio capaz de sanar a lesividade.
- b) São legitimados para propositura da ação direta de inconstitucionalidade, dentre outros, a Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar, na petição inicial, que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal.
- d) Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.

e) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

22. João, vereador de Aracaju, apresentou um projeto de lei (PL) para reduzir a alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O projeto foi votado em um único turno na Câmara de Vereadores, tendo sido aprovado por 60% do total de membros da Casa Legislativa. O PL seguiu ao Executivo e foi vetado pelo Prefeito no décimo dia útil de seu recebimento, sob justificativa de vício de iniciativa. A respeito do assunto, indique a alternativa incorreta.

- a) O prazo para que o Chefe do Executivo se manifeste a respeito do projeto de lei, sancionando-o ou vetando-o, é de quinze dias úteis.
- b) O quórum exigido para aprovar lei ordinária é o de maioria simples, razão pela qual o projeto foi regularmente aprovado pela Câmara de Vereadores.
- c) Projeto de lei sobre matéria tributária é da iniciativa privativa do Prefeito, motivo pelo qual o veto foi acertado, dado o vício formal de iniciativa.
- d) Diferente do que se aplica ao processo legislativo da Lei Orgânica, que requer dois turnos de votação, projetos de lei ordinária poderão ser votados em um único turno.
- e) Conquanto a competência para legislar sobre direito tributário seja concorrente, compete ao Município de Aracaju instituir e arrecadar os seus impostos.

23. Foi apresentado ao Congresso Nacional projeto de lei complementar que objetiva a criação do Estado de Lagarto, a partir do desmembramento do Sergipe. A respeito do assunto, indique a alternativa compatível com o disposto na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal proíbe a secessão, motivo pelo qual o projeto de lei complementar deveria ser arquivado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.
- b) A votação do projeto pelo Congresso Nacional dependeria de autorização, por meio de plebiscito, da população brasileira.
- c) A criação do Estado de Lagarto dependeria de divulgação dos estudos de viabilidade estadual, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) O Estado de Lagarto poderia ser criado por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional, após consulta prévia à população diretamente interessada, desde que o resultado do plebiscito fosse positivo.
- e) O projeto de lei complementar destinado à criação de novos estados é da iniciativa privativa do Presidente da República, razão pela qual há vício de iniciativa no processo legislativo que não pode ser convalidado pela sanção presidencial.

24. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.
- b) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de emenda à Constituição.
- c) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito.
- d) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.
- e) Os cargos de Ministro de Estado, Oficiais das Forças Armadas e os da Carreira Diplomática só podem ser ocupados por brasileiros natos.

25. Acerca da ordem econômica, assinale a opção correta.

- a) São princípios da ordem econômica, dentre outros, a propriedade privada, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- b) A Constituição Federal assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que mediante autorização do Poder Público.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- d) A atividade de garimpagem, ainda que em cooperativas, será reprimida pelo Estado, por meio da aplicação de penalidades, por ofensa ao meio ambiente.
- e) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, mas a refinação do petróleo pode ser autorizada sob regime de permissão.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

26. Analise as assertivas e assinale a correta:

- a) Ao entrar em vigor uma nova lei penal que preveja como crime conduta até então considerada atípica, será aplicada a retroatividade.
- b) O princípio da legalidade compreende a adequação da conduta do agente ao tipo penal vigente no momento da ação ou da omissão.
- c) o princípio da proporcionalidade dispõe que não há crime sem lei anterior que o defina, tampouco pena sem prévia cominação legal.
- d) a aplicação da analogia é admitida no Direito Penal, desde que seja para favorecer o réu.
- e) O princípio da legalidade permite a criação de crimes e penas pelos "costumes" existentes na sociedade.

27. Diante das considerações gerais sobre a llicitude e suas Excludentes, assinale a assertiva correta:

- a) O agente que, por circunstâncias alheias à própria vontade, não continua na execução do crime, somente responderá pelos atos já praticados.
- b) de acordo com o conceito analítico do crime, uma causa excludente de antijuridicidade exclui o próprio delito.
- c) quando se pratica o fato sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, são puníveis ambos os agentes.
- d) no estado de necessidade, aplica-se a excludente ainda que o agente não tenha conhecimento de que age para salvar um bem jurídico próprio ou alheio.
- e) no caso do estado de necessidade, embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida em 2/3.

28. A respeito da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta:

- a) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) A lei posterior que descriminaliza uma conduta não favorece o condenado criminalmente por sentença já transitada em julgado.
- c) A ultratividade da lei anterior que favorece o agente só incidirá durante a fase probatória, na fase de execução é inadmissível sua aplicação.
- d) A pena prevista por lei posterior se aplica a crime anteriormente cometido, mesmo que seja maléfica.
- e) A lei penal não aceita retroatividade, mesmo que em benefício do réu.

29. A respeito da imputabilidade penal, julgue os itens a seguir e marque a assertiva correta:

- a) os doentes mentais que sejam inteiramente incapazes de entender o caráter ilícito da conduta criminosa ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, são penalmente imputáveis.
- b) a imputabilidade penal é excluída caso o agente tenha cometido o crime em momento de forte emoção.
- c) a embriaguez completa provocada por caso fortuito é causa de inimputabilidade do agente.
- d) considera-se inimputável aquele que comete o crime agindo em legítima defesa.
- e) A paixão é causa excludente de imputabilidade.

30. Assinale o item correto:

- a) pratica o crime de furto simples aquele que retira, sorrateiramente e sem o uso de força ou ameaça, a carteira que a vítima trazia junto ao corpo.
- b) O delito de roubo é crime de concurso necessário.
- c) o filho que comete crime de furto contra o seu próprio pai sempre é isento de pena.
- d) para a consumação do crime de extorsão não é prescindível que o autor do delito obtenha a vantagem indevida.
- e) A diferença entre o roubo e a extorsão está no grau de participação da vítima.

ESTATÍSTICA BÁSICA

Guilherme Neves

31. A respeito dos intervalos de confiança, julgue os próximos itens.

I Um intervalo de confiança tem mais valor do que uma estimativa pontual única, pois uma estimativa pontual não fornece nenhuma informação sobre o grau de precisão da estimativa.

II Um intervalo de confiança poderá ser reduzido se o nível de confiança for menor e o valor da variância populacional for maior.

III No cálculo de um intervalo de confiança para a média, deve-se utilizar a distribuição t em lugar da distribuição normal quando a variância populacional é desconhecida e o número de observações é inferior a 30.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas os itens I e II estão certos.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

32. Para obtenção de um intervalo de confiança de 95% para a média μ de uma população normalmente distribuída e de tamanho infinito, utilizou-se uma amostra aleatória de tamanho 64 dessa população. Sabe-se que o desvio padrão populacional σ é conhecido e o intervalo encontrado foi igual a [298,6 ; 301,4]. Considerando os dados da curva normal padrão (Z) que as probabilidades $P(Z > 2) = 0,025$ e $P(Z > 1,6) = 0,05$, tem-se que o valor de σ é igual a

- a) 5,6.
- b) 1,4.
- c) 2,8.
- d) 3,5.
- e) 7,0.

33. Uma equipe de engenheiros da qualidade, com vistas a estimar vida útil de determinado equipamento, utilizou uma amostra contendo 225 unidades e obteve uma média de 1.200 horas de duração, com desvio padrão de 150 horas.

Considerando-se, para um nível de confiança de 95%, $z = 1,96$, é correto afirmar que a verdadeira duração média do equipamento, em horas, estará em um intervalo entre

- a) 1.190,00 e 1.210,00.
- b) 1.185,20 e 1.214,80.
- c) 1.177,50 e 1.222,50.
- d) 1.180,40 e 1.219,60.
- e) 1.174,20 e 1.225,80.

34. Um pesquisador deseja estimar a proporção de funcionários públicos que utilizam transporte público como meio de locomoção para ir ao trabalho. Ele pretende obter um erro de, no máximo, 2% com probabilidade de, pelo menos, 95%.

Assinale a opção que indica o número de pessoas que o pesquisador precisará entrevistar para obter o que deseja.

- a) 9.604
- b) 4.802
- c) 1.681
- d) 2.401
- e) 457

35. Ao analisar uma amostra aleatória simples composta de 324 elementos, um pesquisador obteve, para os parâmetros média amostral e variância amostral, os valores 175 e 81, respectivamente.

Nesse caso, um intervalo de 95% de confiança de μ é dado por

- a) (166,18; 183,82).
- b) (174,02; 175,98).
- c) (174,51; 175,49).
- d) (163,35; 186,65).
- e) (174,1775; 175,8225).

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Guilherme Neves

36. Pretendendo aplicar em um fundo que rende juros compostos, um investidor fez uma simulação. Na simulação feita, se ele aplicar hoje R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00 daqui a um ano, e não fizer nenhuma retirada, o saldo daqui a dois anos será de R\$ 38.400,00.

Desse modo, é correto afirmar que a taxa anual de juros considerada nessa simulação foi de

- a) 12%.
- b) 15%.
- c) 18%.
- d) 20%.
- e) 21%.

37. Uma taxa de juros nominal, de 15% ao ano, com capitalização bimestral, corresponde a uma taxa de juros efetiva de

- a) $[(1 + 0,15 \div 12)^2 - 1]$ ao bimestre.
- b) $(\sqrt[12]{1,15} - 1)$ ao mês.
- c) $6(\sqrt[6]{1,15} - 1)$ ao ano.
- d) $[(1 + 0,15 \div 6)^3 - 1]$ ao semestre.
- e) $[(1 + 0,15 \div 12)^3 - 1]$ ao trimestre.

38. Uma pessoa foi ao banco e fez um empréstimo de R\$ 1000,00, por 2 meses, com juros simples de 5% ao mês. Outra pessoa foi ao banco e fez um empréstimo de R\$ 1000,00, por 2 meses, com juros compostos de 4% ao mês. Ao final dos 2 meses de empréstimo, a quantia a mais de juros que uma dessas pessoas pagou em relação à outra pessoa, foi igual a

- a) R\$ 18,40.
- b) R\$ 22,50.
- c) R\$ 20,00.
- d) R\$ 81,60.
- e) R\$ 20,90.

39. Um investidor aplica R\$ 1.000,00 em um fundo que paga juros simples de 1% ao mês. Após 20 meses, resgata o montante e investe em outro fundo que paga juros compostos de 10% ao ano. Após um período de 2 anos nesse segundo fundo, o montante obtido será de

- a) R\$ 1.400,00.
- b) R\$ 1.440,00.
- c) R\$ 1.452,00.
- d) R\$ 1.460,00.
- e) R\$ 1.442,00.

40. Um empréstimo foi contratado com uma taxa nominal de juros de 6% ao trimestre e com capitalização mensal. A taxa efetiva desse empréstimo é igual a

- a) 6,2302%.
- b) 6,3014%.
- c) 6,1385%.
- d) 6,2463%.
- e) 6,1208%.

AFO e Orçamento Público

Luciana Marinho

41. Conforme LRF, na ocorrência de calamidade pública reconhecida pela Assembleia Legislativa de Sergipe, enquanto perdurar a situação:

- a) serão indispensáveis o atingimento dos resultados fiscais.
- b) serão duplicados os prazos para o cumprimento dos prazos dos limites com gasto com pessoal.
- c) será indispensável o cumprimento dos limites da dívida consolidada.
- d) o ente deverá limitar empenho e movimentação financeira.
- e) será possível dispensar as restrições e condições para recebimento de transferências voluntárias.

42. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas da LRF, com ênfase no que se refere a, exceto:

- a) atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- b) providências tomadas para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- c) medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite;
- d) cumprimento do limite de gastos parciais, relativos a certas contas, dos legislativos municipais, quando houver.
- e) limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.

43. Sobre o relatório resumido da execução orçamentária, assinale alternativa errada:

- a) será publicado até trinta dias após encerramento de cada bimestre.
- b) será composto de balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada.
- c) será composto de comparativo com os limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, dos montantes como despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas; dívidas consolidada e mobiliária; concessão de garantias e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
- d) será composto de demonstrativos da execução das receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar.
- e) será composto de balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo.

44. Sobre a LRF, assinale alternativa correta:

- a) É vedado somente ao titular de Poder executivo, no último ano do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele.
- b) É vedado ao titular de Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- c) Excepcionalmente, permite-se ao titular de Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele para atender a criação de órgãos públicos, mesmo sem disponibilidade de caixa.
- d) Na determinação da disponibilidade de caixa serão desconsiderados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.
- e) Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício subsequente.

45. Segundo LRF, assinale alternativa incorreta:

- a) A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro.
- b) A operação de crédito por antecipação de receita cumprirá a exigência de que será realizada somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- c) A operação de crédito por antecipação de receita cumprirá a exigência de que não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir.
- d) A operação de crédito por antecipação de receita cumprirá a exigência de que estará proibida enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
- e) A operação de crédito por antecipação de receita será permitida no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal, desde que haja disponibilidade de caixa para atender no próximo exercício.

CONTABILIDADE GERAL

Júlio Cardozo

46. A Cia do Caranguejo S/A adquiriu, à vista, um equipamento para uso em suas atividades administrativas, com desconto incondicional de 10%. Para a Cia do Caranguejo S/A essa operação representará um fato contábil:

- a) modificativo diminutivo.
- b) modificativo aumentativo.
- c) permutativo.
- d) misto aumentativo.
- e) misto diminutivo.

47. Ao final do exercício social de 2020, a empresa ACME S/A, que utiliza o sistema de inventário periódico, realizou a contagem de estoques de mercadorias. Entretanto, em um processo de auditoria fiscal, o auditor Júlio Cardozo necessita calcular o estoque final de mercadorias com base nas informações contábeis apresentadas pela empresa.

Os saldos são os seguintes:

- receita de vendas = R\$ 350.000;
- lucro bruto = R\$ 210.000.
- estoque inicial = R\$ 110.000;
- compras líquidas = R\$ 200.000;

Desconsiderando-se os efeitos de tributos e de demais receitas/despesas não apresentadas, o valor do estoque final de mercadorias com base nos saldos contábeis apresentados é igual a

- a) R\$ 100.000.
- b) R\$ 140.000.
- c) R\$ 150.000.
- d) R\$ 170.000.
- e) R\$ 310.000.

48. A empresa Bebendo Sempre S/A, uma revendedora de bebidas, é contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço - ICMS, e adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda pelo valor, na nota fiscal, de R\$ 100.000. O valor do ICMS, já incluído no valor das mercadorias, é de R\$ 18.000.

Nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) o valor de R\$ 100.000,00 deve ser registrado na contabilidade da revendedora de bebidas a crédito na conta de fornecedores.
- b) o ICMS pago na aquisição de mercadorias será registrado na Contabilidade da empresa Bebendo Sempre S/A na conta de ICMS a recolher.
- c) A empresa Bebendo Sempre S/A não possui direito a **crédito do ICMS**.
- d) a contabilidade deve registrar as mercadorias no estoque pelo valor de R\$ 100.000.
- e) o ICMS deve ser lançado na conta contábil de ICMS a recolher no ativo.

49. Com base na Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade CPC 00 (R2), assinale a alternativa que apresente características qualitativas fundamentais e de melhoria.

- a) Relevância, Representação fidedigna, tempestividade, compreensibilidade, comparabilidade, materialidade, capacidade de verificação.
- b) Tempestividade, compreensibilidade, comparabilidade, materialidade, prudência.
- c) Representação fidedigna, relevância, tempestividade, compreensibilidade, comparabilidade, capacidade de verificação.
- d) Prudência, compreensibilidade, comparabilidade, essência sobre a forma, materialidade, capacidade de verificação.
- e) Essência sobre a forma, materialidade, razoabilidade, representação fidedigna, relevância.

50. A folha de pagamentos da empresa Zetatech S/A, de agosto de 2020, que será paga em 5 de setembro, totalizou R\$ 500.000. Em 22 de agosto, a empresa fez um adiantamento de salários a 40 empregados, no valor de R\$ 100.000.

Considerando essa situação hipotética, assinale a alternativa que corresponde à contabilização do adiantamento de salários.

- a) D – Salários a pagar.....R\$ 100.000
C – Adiantamento de salários.....R\$ 100.000
- b) D – Adiantamento de salários.....R\$ 100.000
C – Despesas de salários.....R\$ 100.000
- c) D – Despesas de salários.....R\$ 500.000
C – Salários a pagar.....R\$ 400.000
C – Adiantamento de salários.....R\$ 100.000
- d) D – Adiantamento de salários.....R\$ 100.000
C – Disponibilidades.....R\$ 100.000
- e) D – Salários a pagar.....R\$ 500.000
C – Adiantamento de salários.....R\$ 100.000
C – Disponibilidades.....R\$ 400.000

51. Considere as seguintes informações sobre a empresa comercial Estância Nova S/A que atua na venda de calçados:

- ✓ vendeu todas as mercadorias adquiridas no período, obtendo uma receita no valor de R\$230.000,00;
- ✓ adquiriu mercadorias para revenda no período correspondente a R\$110.000,00. Não tinha estoque inicial de mercadorias;
- ✓ teve as seguintes despesas no período: salários – R\$60.000,00; depreciação – R\$10.000,00; serviços de autônomos contratados – R\$25.000,00; impostos – R\$5.000,00;
- ✓ não obteve outras receitas;
- ✓ distribuiu 70% do lucro entre os sócios.

Diante do exposto, a Demonstração do Valor Adicionado deverá apresentar o Valor Adicionado a Distribuir correspondente a

- a) R\$30.000,00.
b) R\$84.000,00.

- c) R\$85.000,00.
d) R\$95.000,00.
e) R\$12.0000,00.

52. A Cia. Alfa possuía, em 31/12/2020, um ativo intangível com vida útil indefinida (goodwill), cujo valor contábil era R\$ 110.000,00, o qual era composto por:

Custo de aquisição: R\$ 148.000,00
Perda por desvalorização reconhecida (em 2015): R\$ 38.000,00

Em 31/12/2020, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade no ativo e obteve as seguintes informações:

Valor em uso: R\$ 116.000,00.

Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 96.000,00.

O valor que a Cia. Alfa apresentará em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016, para este ativo (goodwill) foi, em reais,

- a) 90.000,00.
b) 116.000,00.
c) 110.000,00.
d) 96.000,00.
e) 148.000,00.

53. A empresa Sergipana S.A. adquiriu, em 31/12/2020, 40% de participação na empresa Aracaju S.A. por R\$ 2.000.000,00, passando a ter influência significativa na administração. O Patrimônio Líquido da empresa Aracaju S.A. era composto pelo Capital Social, o qual era formado apenas por ações ordinárias. Sabendo-se que a empresa Aracaju S.A. obteve lucro líquido de R\$ 250.000,00 durante 2020 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 50.000,00, a empresa Sergipana S.A., em 2020, reconheceu

- a) Receita de Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 100.000,00, em função de avaliar a empresa Aracaju S.A. pelo método de custo.
- b) Receita de Dividendos no valor de R\$ 20.000,00, em função de avaliar a empresa Aracaju S.A. pelo método de custo.
- c) Receita de Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 80.000,00 e Receita de Dividendos no valor de R\$ 20.000,00, em função de avaliar a empresa Aracaju S.A. pelo método da equivalência patrimonial.
- d) Receita de Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 100.000,00, em função de avaliar a empresa Aracaju S.A. pelo método da equivalência patrimonial.
- e) Receita de Dividendos no valor de R\$ 20.000,00, em função de avaliar a empresa Aracaju S.A. pelo método da equivalência patrimonial.

54. De acordo com o que prevê o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas - julgue os itens a seguir.

- I. Uma controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do passivo, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.
- II. O investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.
- III. Um dos requisitos contábeis para a consolidação de demonstrações contábeis é a utilização de políticas contábeis uniformes, visando diminuir eventuais distorções.

Com base nas informações apresentadas, são corretos apenas o (s) item (s):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

55. Dos indicadores econômico-financeiros listados abaixo, indique aqueles que apresentam a capacidade que a entidade possui de pagar suas dívidas e geralmente são utilizados pelos credores empresa para avaliar o risco de inadimplência de créditos já concedidos ou a conceder:

- a) retorno sobre o patrimônio líquido e a margem de lucro.
- b) giro do ativo e a liquidez geral.
- c) índice de endividamento e a liquidez seca.
- d) giro de contas a receber e o liquidez corrente.
- e) liquidez imediata e o teste ácido.

56. Com base nas técnicas e nos indicadores utilizados para a análise das demonstrações contábeis, assinale a opção correta.

- a) A obtenção de um empréstimo de R\$ 120.000,00, em 31.12.2020, para pagamento apenas em 31.12.2022, não altera o capital circulante líquido de uma empresa.
- b) Através da análise horizontal conseguimos verificar, por exemplo, que o item mais representativo do ativo de uma empresa é o investimento realizado em outras sociedades.
- c) Aumentar o giro dos ativos seria uma alternativa para compensar uma redução da margem de lucro de um produto, visando à manutenção da taxa de retorno sobre os investimentos.
- d) A utilização de empréstimos de curto prazo para financiar a compra de veículos que serão utilizados na prestação das atividades da empresa provoca o aumento dos índices de liquidez de uma empresa.
- e) A empresa Coruja Black S/A possui grau de imobilização dos capitais permanentes inferior a 1, o que pode ser um indício de desequilíbrio financeiro

na empresa, visto que o passivo circulante pode estar financiando parte dos investimentos permanentes.

57. A empresa Sergipana S/A possui um Ativo Circulante de R\$ 720.000,00 (representado por aplicações financeiras, duplicatas a receber e dinheiro em espécie) e Passivo Circulante de R\$ 280.000 (representado por obrigações com terceiros de curto prazo), em 30 de dezembro de 2009. Se no dia 31 de dezembro de 2009, fizer apenas uma aquisição de mercadorias, a prazo, no valor de R\$ 160.000, seu índice de Liquidez Seca será aproximadamente de:

- a) 1,3
- b) 1,6
- c) 2,0
- d) 3,1
- e) 3,6

58. Dos eventos contábeis apresentados abaixo, indique aquele que deve ser classificado como custo de produção do período em que tenha ocorrido é

- a) a perda extraordinária de matéria-prima durante o processo de produção produtos de limpeza.
- b) o frete incorrido e pago na entrega dos produtos acabados aos clientes por ocasião de sua venda.
- c) o gasto com mão de obra dos trabalhadores ligados à produção durante um período de greve, no qual a produção ficou totalmente paralisada.
- d) a aquisição de matéria-prima no exercício de 2020 que será utilizada apenas na produção de 2021.
- e) a depreciação de equipamentos utilizados no setor de fundição.

59. A empresa Praia de Atalaia S/A S.A precisa ratear os custos indiretos incorridos na produção do exercício de 2020 no valor total de R\$ 600.000,00 e precisa distribuí-lo para três produtos: Alfa, Beta e Charlie. A empresa apurou os seguintes dados para determinar a atribuição do Custos Indiretos de Fabricação aos produtos:

	Alfa	Beta	Charlie
Matéria prima consumida	R\$ 100.000,0 0	R\$ 150.000,0 0	R\$ 350.000,0 0
MOD aplicada	R\$ 150.000,0 0	R\$ 100.000,0 0	R\$ 150.000,0 0
Horas máquinas utilizadas	100 hm	500 hm	1400 hm

Com base, unicamente, nos dados apresentados a empresa poderia atribuir como custo indireto ao produto

- a) "Charlie" o valor de R\$ 420.000,00.
- b) "Alfa" o valor de R\$ 300.000,00.
- c) "Beta" o valor de R\$ 30.000,00.
- d) "Charlie" o valor de R\$ 150.000,00.
- e) "Alfa" o valor de R\$ 15.000,00.

60. Considerando o que prevê a doutrina da Contabilidade de Custos, no Custeio por absorção, também conhecido por Custeio Integral, apropriam-se aos produtos apenas custos:

- a) Variáveis.
- b) De produção.
- c) Indiretos.
- d) Diretos.
- e) Fixos.

INFORMÁTICA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda / Thiago Cavalcanti

61. A Lei de Acesso à Informação (LAI), que entrou em vigor no Brasil em maio de 2012, é citada pelos autores como arcabouço jurídico para a obrigação governamental de disponibilizar dados abertos no país. Sobre dados abertos assinale a alternativa correta.

- a) A abertura de dados está interessada em criar um mecanismo de controle e restrições sobre os dados que forem publicados.
- b) A característica de disponibilidade define que os dados devem ser fornecidos sob termos que permitam a reutilização e a redistribuição, inclusive a combinação com outros conjuntos de dado.
- c) A propriedade de reuso afirma que todos devem ser capazes de usar, reutilizar e redistribuir.
- d) A participação universal é uma propriedade na qual os dados devem estar disponíveis como um todo e sob custo não maior que um custo razoável de reprodução, preferencialmente possíveis de serem baixados pela Internet.
- e) Dados abertos são dados que podem ser livremente utilizados, reutilizados e redistribuídos por qualquer pessoa - sujeitos, no máximo, à exigência de atribuição à fonte original e compartilhamento pelas mesmas licenças em que as informações foram apresentadas.

62. Dados semiestruturados apresentam uma representação estrutural heterogênea, não sendo nem completamente não-estruturados nem estritamente tipados. Sobre esse tipo de dado, assinale uma alternativa que descreve uma das suas características.

- a) Estrutura independente dos dados.
- b) Estrutura prescritiva.
- c) Estrutura fracamente evolutiva.
- d) Estrutura extensa.
- e) Estrutura regular

63. Sobre a abordagem de banco de dados, assinale a alternativa que não apresenta uma das suas vantagens.

- a) Os dados podem ser compartilhados.
- b) Requisitos contraditórios não podem ser equilibrados.
- c) A redundância pode ser reduzida
- d) A inconsistência pode ser evitada
- e) O suporte a transações pode ser fornecido

64. Sobre os conceitos básicos da Data Warehouse, julgue as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) O modelo estrela possui como vantagens a performance e a facilidade de entendimento quando comparado com o floco de neve.
- b) O modelo estrela possui como vantagem a redução do espaço de armazenamento quando comparado com o floco de neve.
- c) Os modelo estrela possui pelo menos uma das suas dimensões normalizadas.
- d) O modelo estrela possui um hierarquia nas dimensões com mais de 50 colunas.
- e) O modelo estrela possui a tabela fato central desnormalizada.

65. Sobre modelos de mineração de dados assinale a alternativa correta.

- a) O algoritmo de k-nearest neighbors (KNN) usa um modelo preditivo complexo baseado na média das distâncias.
- b) KNN é um método de aprendizado não supervisionado.
- c) Ao contrário de muitos outros métodos (como regressão linear), este método não usa nenhuma suposição específica sobre a distribuição dos dados é conhecido como um classificador não paramétrico.
- d) O algoritmo KNN é baseado na comparação de uma nova observação com as $2 \cdot K$ instâncias mais semelhantes.
- e) Uma suposição do KNN de que pontos próximos uns dos outros não sejam semelhantes

66. Sobre aprendizado de máquina assinale a alternativa correta:

- a) Para definir ações ou comportamentos os modelos de aprendizado de máquina devem aprender baseado no comportamento futuro.
- b) Os modelos não supervisionados são aqueles nos quais há um conjunto de dados rotulados com as respostas corretas para aprender.
- c) Recursos no contexto de aprendizado de máquina são os hardware e softwares disponíveis para a construção do modelo.
- d) Os modelos de regressão requerem recursos numéricos, mas não podem incluir variáveis dummy (formada apenas por valores 0s e 1s).
- e) Os modelos de aprendizado online precisam se ajustar continuamente aos dados recém-chegados.

67. Uma forma útil de detectar padrões e anomalias nos dados é por meio da análise exploratória de dados com visualização. Sobre análise exploratória dos dados assinale a alternativa correta.

- a) Os dados sujos não podem ser detectados na fase de exploração de dados com visualizações.
- b) Um gráfico de dispersão pode usar apenas 2 variáveis.
- c) Usar representações visuais de dados é uma marca registrada da análise exploratória de dados: permitir que os dados falem ao seu público, em vez de impor uma interpretação aos dados a priori.
- d) O efeito sazonalidade não deve ser levado em consideração em análises de dados.
- e) Um dos aspectos interessantes da análise exploratória dos dados é que todos os gráficos gerados são utilizados para apresentação de resultado aos usuários finais.

68. O teorema CAP, também conhecido como teorema de Brewer, expressa uma restrição tripla relacionada a sistemas de banco de dados distribuídos. Ele afirma que um sistema de banco de dados distribuído, em execução em um cluster, pode fornecer apenas duas das três propriedades a seguir:

- a) Consistência, Disponibilidade e Tolerância à Partição.

- b) Concorrência, Auto recuperação e Particionamento
- c) Confidencialidade, Disponibilidade e Concorrência
- d) Consistência, Durabilidade e Particionamento
- e) Disponibilidade, Durabilidade e Tolerância à Partição.

69. Em Big Data, existe um processo responsável por particionar horizontalmente um grande conjunto de dados em uma coleção de conjuntos de dados menores e mais gerenciáveis denominado.

- a) Clustering
- b) Sharding
- c) Replication
- d) Fragmentation
- e) Scalability

70. Sobre a lei de acesso à informação analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) É instituída a Comissão Mista de Reavaliação de Informações prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado.
- b) É instituída a Comissão Mista de Reavaliação de Informações rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas apenas mediante provocação de pessoa interessada.
- c) Os órgãos e entidades públicas respondem indiretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, não assegurado o respectivo direito de regresso.
- d) A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.
- e) Os órgãos e entidades manterão extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo, mas sem os fundamentos utilizados para a classificação.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

71. O cheque é um título de crédito com lei própria, por isso classificado como título típico. Sendo assim, marque a opção correta:

- a) O cheque é emitido contra banco, mas não contra instituição financeira, sob pena de não valer como cheque.
- b) O emitente deve ter fundos disponíveis em poder do sacado e estar autorizado a sobre eles emitir cheque, em virtude de contrato expresso ou tácito, a infração desses preceitos prejudica a validade do título como cheque.
- c) O cheque não admite aceite considerando-se não escrita qualquer declaração com esse sentido.
- d) O cheque pode ser emitido à ordem do próprio sacador, por conta de terceiro, mas não pode ser emitido contra o próprio banco sacador, ainda que não ao portador.
- e) Considera-se não escrita a estipulação de juros inserida no verso do cheque, já que esse tipo de cláusula pode ser escrita na frente do cheque.

72. As sociedades anônimas:

- a) A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao valor nominal das ações subscritas ou adquiridas.
- b) Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo ou não, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes, qualquer que seja o objeto, a companhia é mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio e o estatuto social definirá o objeto de modo preciso e completo.
- c) A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades, desde que prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.
- d) A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões "companhia" ou "sociedade anônima", expressas por extenso ou abreviadamente mas vedada a utilização da primeira ao final.
- e) Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua

emissão estejam ou não admitidos à negociação na comissão de valores mobiliários.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

73. Em relação às associações, vários são os quesitos obrigatórios em seus estatutos, a exemplo da previsão dos direitos e deveres de seus associados. Quanto a isso, não é um item obrigatório nos estatutos das associações:

- a) a denominação, os fins e a sede da associação;
- b) os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- c) as fontes de recursos para sua manutenção;
- d) as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;
- e) a previsão do repasse anual dos lucros aos integrantes.

74. Não corre a prescrição:

- a) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;
- b) contra os absolutamente incapazes;
- c) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra;
- d) não estando vencido o prazo;
- e) todas as alternativas estão corretas.

75. São também responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores, ainda que não estejam sob sua autoridade ou sua companhia;
- b) o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, mesmo quando inexistir culpa ou dolo na ação do empregado;
- c) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia;
- d) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, exceto para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- e) nenhuma das respostas anteriores.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Mauricio

76. Em relação às receitas públicas, julgue os itens a seguir e indique o correto.

- a) Receitas originárias são aquelas auferidas pelo Estado, mas não pelos particulares, com base na exploração do próprio patrimônio.
- b) As receitas derivadas não ingressam nos cofres públicos pela coação do Estado, pois a coação é considerada uma injustiça, ferindo diretamente o direito à liberdade de ação dos indivíduos.
- c) As receitas derivadas são aquelas que se originam de um vínculo contratual.
- d) As receitas originárias são aquelas sujeitas ao regime jurídico de direito público.
- e) Tributos, multas e reparações de guerra são classificados como receita derivada.

77. Sobre os princípios da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal, julgue as alternativas a seguir e indique a correta.

- a) O dispositivo legal segundo o qual as contribuições sociais são devidas trinta dias após a regulamentação da lei não fere o princípio da anterioridade qualificada, previsto no texto constitucional, desde que transcorridos noventa dias da data da publicação da lei e não ocorra no mesmo exercício financeiro.

- b) A majoração de alíquotas do ICMS-Combustíveis faz parte das exceções ao princípio da anterioridade anual.
- c) Os Municípios, ao instituir contribuição previdenciária a ser cobrada de seus servidores, poderá cobrá-la no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que a instituiu, pois o princípio da anterioridade, nesse caso, limita-se ao período de noventa dias.
- d) Os empréstimos compulsórios instituídos com base na hipótese de investimento público de caráter urgente foram excepcionados da anterioridade anual.
- e) O princípio da anterioridade nonagesimal se aplica à prorrogação de uma alíquota majorada já vigente.

78. Assinale abaixo a alternativa correta em relação aos institutos aplicáveis ao Direito Tributário.

- a) A União, ao fazer uso de sua competência tributária, prevista na CF/88, pode instituir uma contribuição para o custeio dos conselhos de fiscalização e regulamentação de categorias profissionais (contribuições corporativas) e delegar a atribuição de arrecadação do tributo ao próprio conselho.
- b) A superveniência de lei federal sobre normas gerais de direito tributário revoga a lei estadual, no que lhe for contrário.
- c) Segundo a Constituição Federal de 1988, compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre direito tributário.
- d) Tendo em vista o comando constitucional de que os Municípios reger-se-ão por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, a Lei Orgânica dos Municípios tem força para alterar suas respectivas competências tributárias.
- e) Taxas e Contribuições de Melhoria fazem parte da competência privativa de cada ente federado, pois podem ser instituídas tanto pela União, quanto pelos Estados, DF e Municípios.

79. Sobre a competência tributária municipal, assinale a alternativa correta.

a) É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei municipal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, de, entre outros, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.

b) A progressividade das alíquotas do IPTU com base no valor do imóvel é denominada progressividade extrafiscal.

c) O locatário possui legitimidade ativa para repetir indébito do IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado.

d) A prestação de serviço de transporte de passageiros é tributada pelo ISS, e não pelo ICMS, quando o transporte se inicia no “Município A”, passa pelo “Município B” e finaliza seu percurso no “Município A”.

e) Havendo transmissão intervivos, a qualquer título, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, incide o ITBI.

80. Levando em consideração a disciplina constitucional, o CTN, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

a) As leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes são fontes materiais do Direito Tributário.

b) Uma lei que majora determinada taxa, de 2% para 3%, publicada em 31 de dezembro do ano X1, poderá estar vigente no dia imediatamente seguinte, ou seja, no dia 01 de janeiro do ano X2.

c) A Constituição Federal, por não estar elencada no art. 96 do CTN, que versa sobre a legislação tributária, não faz parte da referida legislação.

d) A concessão de isenção tributária, por ser matéria inserida no âmbito da discricionariedade do Poder Executivo, poderá ser concedida por Decreto Executivo.

e) Sabendo que a outorga de isenção deve ser interpretada literalmente, não é possível que para a mercadoria importada de país signatário do (GATT), ou membro da (ALALC), seja estendida a isenção do imposto de circulação de mercadorias concedida a similar nacional.

81. Sobre os institutos aplicáveis ao Direito Tributário, assinale a alternativa correta.

a) Em direito tributário, o sujeito ativo é o sujeito que pratica o fato gerador.

b) Uma situação que determine o dever de abstenção de determinado ato, que não se relacione com obrigação de pagar, e que seja imposta por ato normativo de autoridade administrativa pode ser considerada fato gerador de uma obrigação acessória.

c) Nos dizeres do CTN, salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que o se verifiquem as circunstâncias formais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.

d) A autoridade administrativa poderá desconstituir atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

e) Um sujeito preso por ter cometido determinado delito criminal não pode figurar como sujeito passivo de uma relação jurídico-tributária, pois não possui capacidade tributária passiva.

82. Em relação ao domicílio tributário, julgue os itens a seguir e assinale o correto.

- a) Ter-se-á por domicílio tributário da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- b) Na falta de eleição de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal, quanto às pessoas jurídicas de direito público, o lugar de sua sede.
- c) Somente ao contribuinte é dada a faculdade de escolha do domicílio tributário, vedada essa possibilidade ao responsável.
- d) Na impossibilidade de se realizar a arrecadação ou a fiscalização, a autoridade administrativa poderá recusar o domicílio eleito, sendo considerado o domicílio tributário do sujeito passivo o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- e) O domicílio tributário é o local em que o sujeito ativo elege para fins de cadastro e comunicação com o sujeito passivo.

83. Em relação à responsabilidade tributária, julgue os itens a seguir e assinale o correto.

- a) É responsável aquele que tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- b) Em relação aos tributos indiretos, chama-se de responsável aquele que arca com o ônus tributário na relação comercial.
- c) A doutrina divide a responsabilidade por substituição em responsabilidade por solidariedade, por sucessão e de terceiros.
- d) Na responsabilidade tributária regressiva, ocorre o recolhimento do tributo antes da ocorrência do fato gerador.
- e) Na responsabilidade tributária solidária, a mesma pessoa pode figurar como contribuinte e responsável por determinado tributo.

84. João e Maria são sócios em uma empresa de responsabilidade limitada, na proporção de 49% e 51% das quotas sociais respectivamente. Consta do contrato social que o administrador responsável da empresa é João. Considerando que a empresa deixou de emitir nota fiscal e, portanto, de recolher o ISS devido no período de dezembro de 2017 até fevereiro de 2020, após regular ação fiscal, foi feita a autuação para pagamento do tributo, multa, juros e correção monetária. Diante do não pagamento do crédito tributário, houve inscrição em dívida ativa e foi proposta execução fiscal em face da empresa e dos sócios. Diante do disposto,

- a) os sócios devem figurar no polo passivo da execução fiscal, tendo em vista que o exercício de atividade praticada com infração de lei, contrato ou estatuto atrai a desconsideração da personalidade jurídica.
- b) há responsabilidade pessoal de cada um dos sócios, não havendo responsabilidade solidária, e cada um responde proporcionalmente, no limite de suas quotas sociais, pelos atos praticados em infração de lei.
- c) responde pelo crédito tributário resultante dos atos praticados em infração de lei, de forma pessoal, somente o representante legal da empresa, João, mas a empresa, na qualidade de contribuinte, é devedora do tributo decorrente do fato gerador efetivamente praticado por ela.
- d) a responsabilidade é pessoal e exclusiva dos sócios, não podendo haver responsabilização da empresa no polo passivo da execução fiscal, tendo em vista a infração de lei praticada.
- e) tendo em vista que os sócios são responsáveis pelo crédito correspondente a obrigações tributárias resultantes de atos praticados em infração de lei, contrato ou estatuto, de forma pessoal, o polo passivo da execução fiscal está correto.

85. Em relação ao crédito tributário e ao lançamento, indique a alternativa correta.

- a) A retificação da declaração, por iniciativa do próprio declarante, quando vise a aumentar o tributo devido, é admissível mesmo sem comprovação do erro em que se funde, e pode ser feita após a notificação do lançamento.
- b) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir a obrigação tributária pelo lançamento.
- c) Em decorrência da previsão legal de ser a competência de lançar privativa, entende-se que essa competência pode ser delegada.
- d) A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto, pela prescrição, o direito da Fazenda Pública.
- e) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução. Essa modificação nos critérios jurídicos é denominada erro de fato.

86. Julgue os itens abaixo, indicando o correto.

- a) É possível que haja previsão legal para que a moratória abrigue fatos geradores ocorridos a pós a data da lei concessória, mas que ainda não tenham sido objeto de lançamento.
- b) Para o ajuizamento de uma ação de execução fiscal, basta que o crédito tributário esteja inadimplido.
- c) Para que haja a concessão da moratória heterônoma, é necessário que haja, pela União, a concessão de moratória em relação aos tributos de competência federal ou a concessão de moratória em relação às obrigações de direito privado.
- d) A inexistência da lei específica sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial importa na aplicação das leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao devedor em recuperação judicial, não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento superior ao concedido pela lei federal específica.

e) O objetivo do depósito do montante integral na via administrativa é suspender a exigibilidade do crédito tributário.

87. Assinale a alternativa correta.

- a) A exclusão do crédito tributário tem a função de excluir o crédito tributário constituído.
- b) Isenções onerosas, concedidas sob determinada condição, não podem ser livremente suprimidas, pois geram direito adquirido.
- c) A anistia tem o fito de excluir o crédito tributário decorrente de um tributo.
- d) Caso determinado Município tenha interesse em disciplinar determinados aspectos relacionados a economia local, dentre eles a isenção tributária de alguns tributos de sua competência, poderá fazê-lo por meio de uma única lei.
- e) A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir da impugnação da decisão de primeira instância.

88. Assinale a opção correta com referência a STN, natureza jurídica, obrigação tributária, sujeito passivo e extinção do crédito tributário.

- a) Mesmo que não haja lei local disciplinando o tema, a Fazenda Pública pode operar a compensação tributária, pois esse instituto está previsto no CTN (lei de normas gerais que disciplina o direito tributário).
- b) A compensação tributária somente pode ocorrer com créditos tributários da Fazenda Pública contra o sujeito passivo com créditos tributários líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública.
- c) O prazo para a constituição do crédito tributário pode se aproximar de 6 anos caso o fato gerador ocorra, por exemplo, no dia primeiro de janeiro.
- d) Pelo fato de ser o mandado de segurança ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária, é cabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- e) O prazo prescricional é o prazo que a autoridade administrativa possui para promover o lançamento.

89. Acerca dos impostos, dos princípios e direitos do contribuinte e das garantias e preferências do crédito tributário, assinale a opção correta.

- a) A enumeração das garantias atribuídas ao crédito tributário pelo CTN possui características “*Numerus Clausus*”.
- b) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, exceto os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade.
- c) O bem de família é penhorável para a cobrança de quaisquer tributos.
- d) Tem presunção “*juris et de jure*” de fraude a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
- e) São necessários três requisitos para que o juiz determine a indisponibilidade dos bens e direitos do executado: devedor devidamente citado; não existência de pagamento ou não apresentação de bens à penhora; e exaurimento de diligências na busca pelos bens penhoráveis.

90. Sobre o Simples Nacional, assinale a alternativa correta.

- a) Há ofensa ao princípio da isonomia tributária se a lei, por motivos extrafiscais, imprime tratamento desigual a microempresas e empresas de pequeno porte de capacidade contributiva distinta.
- b) Descontos incondicionais concedidos fazem parte do conceito de receita bruta disciplinado na LC 123/06.
- c) Empresas optantes pelo regime de tributação do Simples Nacional podem fazer a apropriação de créditos tributários do ICMS.
- d) Objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social, nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de

pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00.

- e) A microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional deverá apresentar mensalmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Wagner Damazio

91. Com base no Código Tributário Municipal, no que tange o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) dos imóveis não edificados com valor venal de até R\$10.000,00 (dez mil reais) será aplicado(a):

- a) alíquota de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento).
- b) o instituto da isenção.
- c) alíquota de 4,0% (quatro por cento).
- d) acréscimo de 50% (cinquenta por cento) ao imposto a que estiver sujeito
- e) alíquota de 0,80% (oito décimos por cento)

92. Fica sujeito ao recolhimento mensal conforme tabela de valores fixos do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), estabelecida pelo Código Tributário do Município de Aracaju:

- a) sociedade de farmacêuticos
- b) sociedade advocatícia cujo sócio preste serviço em nome da empresa.
- c) sociedade de contadores com filial situado no município.
- d) sociedade de engenheiros com atividade diversa da habilitação profissional dos sócios.
- e) sociedade de médicos com sócio que figurou apenas com aporte de capital.

93. Situação hipotética: considerando determinado serviço tributado com base no preço do serviço cujo base de cálculo esteja fixada em R\$ 1.000,00 (mil reais). Tendo vistas as disposições do Código Tributário Municipal, quanto será o crédito tributário total do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) a recolher não tendo o prestador de serviço emitido nota fiscal, embora tenha se beneficiado do desconto máximo concedido por ter realizado o pagamento integral até o vencimento da primeira parcela:

- a) R\$ 50,00.
- b) R\$ 400,00.
- c) R\$ 440,00.
- d) R\$ 40,00.
- e) R\$ 10,00.

94. Em uma interpretação do Código Tributário do Município de Aracaju à luz da Constituição Federal de 1988, não incide imposto sobre a transmissão “inter-vivos”, de bens imóveis e de direitos reais (ITBI) sobre a cessão por ato oneroso do direito:

- a) Superfície.
- b) Usufruto.
- c) Usucapião.
- d) Servidão.
- e) Laje.

95. Analise as situações hipotéticas à seguir e assinale a alternativa que traz pronunciamento da autoridade competente que esteja condizente com as disposições do Processo Administrativo Fiscal prescritas pelo Código Tributário Municipal de Aracaju:

- a) **Situação hipotética:** outorgado devidamente instruído com procuração pública, entra com pedido de isenção do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU). **Despacho:** indeferimento do pedido uma vez que em sede de processo administrativo fiscal, só se admite postulação *intuitu personae*.
- b) **Situação hipotética:** contribuinte cumpre exigência para a qual não há prazo fixado em lei ou regulamento após 7 (sete) dias da data de

publicação do ato ordinatório. **Despacho:** indeferimento do pedido uma vez que o cumprimento da exigência foi intempestiva.

- c) **Situação hipotética:** petição interposta por parte manifestamente ilegítima. **Despacho:** recusa do recebimento do pedido
- d) **Situação hipotética:** servidor competente dá ciência ao contribuinte de ato praticado com o fim de apurar receitas tributáveis pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN). **Despacho:** deferimento da denúncia espontânea e consequente exclusão dos valores atinentes à multa por infração à legislação tributária.
- e) **Situação hipotética:** autoridade competente nega pedido de reconhecimento de imunidade do imposto sobre a transmissão “inter-vivos”, de bens imóveis e de direitos reais (ITBI) sem indicar os fundamentos que subsidiaram a sua decisão. **Despacho:** deferimento do recurso contra negativa do pedido de reconhecimento da imunidade do ITBI

96. Considere a tabela a seguir que traz demonstrativo de receitas de empresa do ramo de incorporações imobiliárias referente as suas atividades desenvolvidas no Município de Aracaju:

	Receitas imobiliárias (em milhões de reais)	Receitas diversas (em milhões de reais)
2015	15	19
2016	16	18
2017	17	17
2018	18	16
2019	19	15

Admitindo que a referida empresa foi constituída no ano em que iniciou suas atividades no município, só restou constada transmissão bens imóveis à partir no exercício de 2017, à partir de qualquer exercício financeiro estaria legitimado o Município de Aracaju a cobrar imposto sobre a transmissão “inter-vivos”, de bens imóveis e de direitos reais (ITBI) da referida incorporadora:

- a) 2015
- b) 2016
- c) 2017
- d) 2018
- e) 2019

97. De acordo com o Código Tributário do Município de Aracaju, assinale a alternativa de sujeito passivo que esteja, concomitantemente, isento da contribuição de melhoria e do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU):

- a) Servidor público
- b) Pessoa cuja renda familiar mensal seja igual ou inferior a 02 (dois) salários mínimos.
- c) Pessoas jurídicas de direito público estrangeiras
- d) Sindicatos dos empregadores.
- e) Sociedades desportivas.

98. Em observância à jurisprudência do STF, é sabido que a mera existência de órgão competente caracteriza o fato gerador de determinadas taxas.

Com fulcro no Código Tributário do Município de Aracaju, aponte abaixo um exemplo dessas espécies:

- a) Taxa de lixo.
- b) Taxa de serviços públicos urbanos.
- c) Taxa de licença especial.
- d) Taxa de serviços diversos.
- e) Taxa de iluminação pública

99. Segundo os ditames do Código Tributário de Aracaju acerca do julgamento em segunda instância do processo administrativo fiscal, contra decisões não unânimes do Conselho de Contribuintes cabe:

- a) Recurso de ofício
- b) Recurso voluntário
- c) Impugnação
- d) Defesa.
- e) Pedido de reconsideração

100. De acordo com a Lei nº 1.547 de 1989, que instituiu o Código Tributário do Município de Aracaju, analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I – Os serviços incluídos na lista ficam sujeitos, apenas, ao imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), ainda que sejam prestados com fornecimento de mercadorias.

II – A alíquota mínima para os serviços de transporte intramunicipal é de 2% (dois por cento)

III – A autoridade competente para fixar a base de cálculo estimada do ISSQN, levará em consideração, conforme o caso, o balanço de empresas de mesmo porte e de mesma atividade.

IV – Em havendo termo judicial, em virtude de sentença judicial, o imposto sobre transmissão de bem imóvel será pago dentro de 30 (trinta) dias, contados da sentença que houver homologado seu cálculo.

V – O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) recai, também, sobre o imóvel que, embora não localizado na zona urbana, seja utilizado como sítio de recreio e cuja eventual produção não se destine ao comércio.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão incorretas.
- c) Há 1 alternativa correta.
- d) Há 2 alternativas corretas.
- e) Há 3 alternativas corretas.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-ISS-Aracaju-26-09>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>



Estratégia
Concursos

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>